

## Divulgação de informação estatística oficial pela Direção-Geral da Política de Justiça

A Direção-Geral da Política de Justiça (DGPJ) tem, nos termos da sua lei orgânica, a atribuição de assegurar a recolha, utilização, tratamento, análise e difusão da informação estatística da justiça, no quadro do sistema estatístico nacional (alínea m), do n.º 2, do artigo 2.º do [Decreto-Lei n.º 163/2012, de 31 de julho](#)).

Ao abrigo do disposto no artigo 24.º da Lei do Sistema Estatístico Nacional (Lei n.º 22/2008, de 13 de maio), foi celebrado a 15 de setembro de 2010, entre o Conselho Diretivo do Instituto Nacional de Estatística, IP (INE) e a DGPJ um [protocolo](#) pelo qual foram delegadas as competências para a produção e a difusão de estatísticas oficiais da Justiça. Este protocolo, [homologado](#) pelo Ministro da Presidência e pelo Ministro da Justiça, renovou, no novo quadro legal, a qualidade de órgão delegado do INE, conferida originalmente, em 1983, ao então Gabinete de Estudo e Planeamento.

Nos termos do referido protocolo a DGPJ, enquanto entidade delegada, fica sujeita ao cumprimento da Lei do Sistema Estatístico Nacional, do Decreto-Lei n.º 166/2007, de 3 de maio, que aprova a orgânica do INE, das normas estabelecidas na legislação comunitária e do Código de Conduta para as Estatísticas Europeias, bem como do Regulamento de Aplicação do Princípio do Segredo Estatístico e das Políticas de Difusão e de Revisões do INE.

No desenvolvimento do princípio central da imparcialidade e objetividade, no que toca à difusão de estatísticas oficiais dispõe o [Código de Conduta para as Estatísticas Europeias](#), no seu ponto 6.7, que «As autoridades estatísticas decidem autonomamente sobre o momento e o conteúdo das publicações estatísticas, tendo simultaneamente em conta o objetivo de fornecer informação

estatística completa e atempada. Todos os utilizadores têm acesso às estatísticas à mesma hora. Qualquer acesso antecipado à informação por parte de um utilizador externo é limitado, devidamente justificado, controlado e publicitado. Em caso de incumprimento, os processos de divulgação antecipada são revistos a fim de garantir a imparcialidade do acesso.»

No mesmo sentido, a [Política de Difusão do INE](#), a cujo cumprimento a DGPJ se encontra igualmente sujeita, dispõe no ponto 3 do seu capítulo B que «a disponibilização da informação estatística é efetuada de forma imparcial e em simultâneo a todos os utilizadores» e no ponto seguinte que a mesma é «feita de forma autónoma e independente de qualquer interferência externa».

Em aplicação deste princípio, a DGPJ está obrigada a efetuar as divulgações de resultados estatísticos apenas nas datas inscritas no seu calendário de divulgações e no Plano de Atividades do INE e das entidades com competências delegadas, previamente aprovados e divulgados, de modo a assegurar que todos os utilizadores têm acesso à informação ao mesmo tempo.

O ponto 6.7 do Código de Conduta para as Estatísticas Europeias e o ponto 15 do capítulo B da Política de Difusão do INE preveem a possibilidade de ser concedido acesso prévio à informação estatística oficial, sob embargo, em determinadas condições, contudo, a orientação técnica recebida do INE a este propósito é atualmente no sentido de não deverem ser admitidas exceções, não devendo ser efetuada qualquer disponibilização antecipada.

No passado, em articulação com o Conselho Diretivo do INE e seguindo os procedimentos de publicitação, de justificação e de controlo exigidos, foram acionadas duas exceções relacionadas com a disponibilização de dados sobre crimes registados pelas autoridades policiais para elaboração do Relatório Anual de Segurança Interna, devidamente [anunciadas no site das estatísticas da Justiça](#).

O cumprimento dos princípios que regem o funcionamento dos Sistemas Nacional e Europeu de Estatística é continua e regularmente verificado e avaliado, designadamente no âmbito dos exercícios de auditoria internacional, designados de *Peer Review*. Está neste momento em curso a 3.ª ronda de *Peer Review* sobre a implementação do Código de Conduta para as Estatísticas Europeias a qual inclui um conjunto de levantamentos de normas, procedimentos e documentação, entrevistas e visitas, os quais visam apresentar evidências claras do cumprimento dos princípios do referido código, em que se incluem necessariamente evidências do cumprimento dos métodos institucionais e procedimentais que visam assegurar o princípio da imparcialidade e objetividade, tendo por referência a [Quality Assurance Framework of the European Statistical System](#). Importa nesta sede assegurar e comprovar o método institucional relativo ao indicador 6.7 da referida QAF, de acordo com a qual, «*rules and procedure are in place in the statistical authorities to safeguard equal access of all users to disseminated statistics at the same time*».

Por fim resta referir que no mesmo sentido, de acordo com a [Resolução da Assembleia da República n.º 99/2010, de 22 de julho](#), é recomendado ao Governo que durante o mês de dezembro de cada ano todos os organismos do Estado que produzem e divulgam informação estatística devem publicitar nos seus sítios oficiais a calendarização prevista para as disponibilizações de informação, estando-lhes vedada quer a divulgação prévia quer posterior às datas anunciadas.